

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.157 - SC (2019/0005645-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : LAURO JOSE PORCINCULA
ADVOGADOS : MAIKO ROBERTO MAIER - SC031939
CELSO ALMEIDA DA SILVA - SC023796A
CASSIA CRISTINA DA SILVA - SC023809B
RECORRIDO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR - SC029708

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por LAURO JOSÉ PORCINCULA contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado, com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DE TELEFONIA FIXA E DA DOBRA ACIONÁRIA. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. APELO DO AUTOR. PRESCRIÇÃO MANTIDA.

As demandas judiciais para complementação de ações subscritas em contratos de participação financeira firmados com sociedades anônimas visam, tão somente, o cumprimento coercitivo de uma obrigação contratual, de modo que possuem natureza de direito pessoal. Logo, se o pedido estiver relacionado a um contrato firmado na vigência do CC/16, aplica-se o prazo vintenário (art. 177 do CC/16); já se o contrato foi firmado na vigência do CC/02, aplica-se o decenal, previsto em seu art. 205, observado, em ambos os casos, a regra de transição.

Quanto às ações de telefonia móvel (objeto da dobra acionária), diferentemente do que ocorre nas demandas de telefonia fixa (ações de telefonia fixa), o termo inicial do prazo prescricional é a data da cisão da Telesc S.A. em Telesc Celular S.A., que ocorreu em 31.01.1998.

HONORÁRIOS RECURSAIS. INCIDÊNCIA.

"Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC" (enunciado administrativo nº 7 do STJ).

A fixação é imperativa, razão pela qual ocorre independentemente do pedido, tratando-se, pois, de uma consequência lógica, haja vista que, com a interposição do apelo, houve a necessidade de trabalho adicional.

APELO DO AUTOR DESPROVIDO.

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 293-302), a parte

recorrente alega violação dos seguintes dispositivos legais: a) art. 202, parágrafo único, do CC/2002, defendendo a não ocorrência da prescrição para a propositura da ação, ante a interrupção do prazo prescricional pelo prévio ajuizamento de ação cautelar de exibição de documentos; e b) 85, §2º, do CPC/2015, ante a desproporção dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados, em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para hipótese que trata de demanda repetitiva.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 228).

É o relatório. Decido.

Segundo a orientação jurisprudencial do STJ, o direito à complementação de ações subscritas decorrentes de contrato firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal, prescrevendo de acordo com os prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 e 205, sendo que o termo inicial para o cômputo do referido prazo prescricional deve ser a data da subscrição deficitária das ações ou, quando aplicável a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002, a data do início da vigência do Código Civil de 2002.

Nesse sentido:

COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. TELECOM. CRT. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. DIFERENÇA. PRESCRIÇÃO. DIREITO PESSOAL. DIVIDENDOS. ARTS. 177 DO CC/1916, 205 E 2.028 DO CC/2002. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. APURAÇÃO. CRITÉRIO. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO.

I. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações em face do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal e prescreve nos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil revogado e artigos 205 e 2.028 do Novo Código Civil.

II. A complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira, deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização (REsp n. 975.834/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 26.11.2007).

III. Julgamento afetado à 2ª Seção com base no procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos).

IV. Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 1.033.241/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 05/11/2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA. DIREITO OBRIGACIONAL. NATUREZA PESSOAL. PRAZO PRESCRICIONAL GERAL. TERMO A QUO. DATA DA SUBSCRIÇÃO DEFICITÁRIA DAS AÇÕES. CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS E SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. CRITÉRIO DE CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL DAS AÇÕES. BALANCETE MENSAL. SÚMULA 371/STJ.

1. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações em face do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal. Dessa forma, incidem os prazos prescricionais vintenário e decenal, previstos, respectivamente, no art. 177 do Código Civil/1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil/2002. Nesse sentido: REsp 1.033.241/RS - submetido ao procedimento dos recursos especiais repetitivos (CPC, art. 543-C) -, Segunda Seção, DJe de 5/11/2008.

2. O termo inicial para o cômputo do referido prazo prescricional deve ser a data da subscrição deficitária das ações, ou seja, a data em que as ações foram emitidas a menor pela companhia ao aderente do contrato de participação financeira.

3. Rever a conclusão do v. aresto recorrido, no sentido de reconhecer a ocorrência da prescrição do direito à subscrição de ações, in casu, demandaria o reexame dos aspectos fáticos e probatórios da lide, bem como a reinterpretação de cláusulas contratuais, providências inviáveis na via estreita do recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ.

4. A eg. Segunda Seção desta Corte, a partir do julgamento do REsp 975.834/RS, de relatoria do em. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA (DJ de 26 de novembro de 2007), firmou orientação de que o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao seu valor patrimonial na data da contratação, apurado mediante balancete do mês do primeiro ou do único pagamento. Em se tratando de ações decorrentes da dobra acionária, deve ser aplicado o mesmo critério, consubstanciado no balancete mensal (Súmula 371/STJ).

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 102.765/PE, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/2/2014, DJe 24/2/2014).

Além disso, também é entendimento desta Corte que a ação cautelar de exibição de documentos interrompe o prazo prescricional para o ajuizamento da demanda principal:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. ART. 286 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A ausência de correta especificação, clara e objetiva, sobre a alegada violação dos dispositivos tidos por violados, bem como a falta de arrazoadado jurídico impugnativo congruente com os fundamentos do acórdão que embasam o especial, caracterizam argumentação deficiente a impossibilitar a compreensão exata da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula 284/STF.

2. A matéria do art. 286 do CPC não foi objeto de prequestionamento pelo Tribunal de origem, mesmo após a oposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, cabia à recorrente ter alegado, nas razões do recurso especial, violação ao art. 535 do CPC, ônus do qual não se desincumbiu. (Súmula 211/STJ).

3. De acordo com a jurisprudência desta Corte, o ajuizamento da ação cautelar de exibição de documentos, interrompe o prazo prescricional para o manejo da demanda principal. Precedente. Incidência da Súmula 83/STJ.

4. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento do STJ, ao consignar a inexistência de julgamento ultra petita quando o pedido inicial não for limitado, ou seja, quando em seus termos houver a contemplação de acréscimos moratórios e atualização monetária, assim como de outros valores que se verificar no curso da instrução. Incide, mais uma vez, o óbice da Súmula 83/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 595.051/RJ, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 19/12/2014).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA POR INVALIDEZ PERMANENTE. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. ANTERIOR AJUIZAMENTO DE PRETENSÃO DE EXIBIÇÃO DA APÓLICE. INTERRUPTÃO.

1. "O ajuizamento de ação cautelar de exibição de documentos pelo

segurado, com a finalidade de instrução da demanda principal, configura causa de interrupção do prazo prescricional para exercício da pretensão indenizatória (artigos 202, inciso V, do Código Civil de 2002 e 172, inciso IV, do Código Civil de 1916), cuja recontagem inicia-se após o último ato praticado no âmbito do provimento de urgência." (AgRg no AREsp 149.893/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 31/10/2012) 2. Prescrição da pretensão de complementação de indenização afastada. Razões articuladas no agravo que não infirmam as conclusões anteriormente expendidas.

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no RESp n. 1.311.843/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/2/2015, DJe 19/2/2015).

No caso dos autos, o Tribunal de origem, embora tenha fundamentado o acórdão recorrido na jurisprudência supracitada e afirmado o reconhecimento da interrupção da prescrição até 6/11/2013 – pela propositura da ação cautelar de exibição de documentos em 26/4/2012 –, confirmou a sentença declaratória da prescrição da pretensão de complementação de ações, ajuizada em 10/1/2017 (e-STJ, fls. 206-207):

No caso, quanto ao pedido das ações da telefonia fixa a data inicial do prazo prescricional, qual seja, a data da capitalização a menor, ocorreu em 30.04.1999, portanto, na entrada em vigor do novo Código Civil (11.01.2003), o lapso temporal transcorrido é inferior a dez anos, assim, deve-se aplicar o prazo prescricional decenal, que tem como termo a quo a data da capitalização a menor.

Verifica-se que o autor havia proposto ação cautelar (nº 0500934.66.2012.8.24.0023) para compelir a ré à exibição da radiografia do con- trato, anteriormente.

Assim, na forma do art. 202, inciso I, do CC/02, é de se concluir que a prescrição ficou interrompida entre 26.04.2012 (data da distribuição) e 06.11.2013, data esta do trânsito em julgado da decisão que compeliu a ré à exibição de tal documento.

Nesse sentido: "o despacho do juiz que determina a citação na ação cautelar preparatória tem o condão de interromper o prazo prescricional re- ferente à pretensão principal a ser futuramente exercida (art. 202, I, do novo CC)" (STJ. REsp nº 822.914, rel. Min. Gomes Barros, j. em 01.06.06).

A presente ação foi proposta somente em 10 de janeiro de 2017, portanto, apesar da interrupção do prazo prescricional entre 26.04.2012 e 06.11.2013, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição.

Com relação à pretensão voltada às ações da telefonia móvel, tem-se a seguinte situação: da data da cisão da Telesc S.A., em 31.01.1998, até a entrada em vigor do novo Código Civil

(11.01.2003) não havia transcorrido mais da metade do tempo previsto na lei revogada (de 20 anos).

A presente ação foi proposta somente em 10 de janeiro de 2017, portanto, apesar da interrupção do prazo prescricional entre 26.04.2012 e 06.11.2013, deve-se manter a sentença que reconheceu a ocorrência da prescrição.

Portanto, nego provimento ao apelo do autor.

Desse modo, contata-se que a decisão recorrida foi, de fato, proferida em contrariedade à jurisprudência do STJ. Isso porque, uma vez reconhecida a interrupção da prescrição até 6/11/2013 – como visto, em razão da prévia propositura da ação de exibição de documentos –, o prazo decenal para a propositura da ação de complementação de ações somente expiraria em 6/11/2023, data evidentemente posterior ao ajuizamento da presente ação (em 10/1/2017), motivo pelo qual o recurso especial deve ser provido no tópico.

Em razão do resultado, fica prejudicada a pretensão recursal relativa aos honorários advocatícios, que, por isso, não é conhecida.

Diante do exposto, conheço parcialmente do recurso especial para, nessa extensão, dar-lhe provimento, a fim de afastar a prescrição da pretensão, e, consequentemente, determinar o retorno dos autos ao primeiro grau de Jurisdição para o prosseguimento do julgamento da ação, observada a superação da questão ora decidida.

Publique-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator